

Quase metade dos magistrados do MP com risco “alto a elevado” de burnout

Estudo sobre as condições de trabalho, desgaste profissional e bem-estar dos magistrados do Ministério Público (MP) foi apresentado ontem em Ponta Delgada, no XIII Congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

NUNO MARTINS NEVES

nunomartinsneves@jacobinorioriental.pt

Quase metade dos magistrados do Ministério Público apresenta um potencial de risco médio/alto a elevado de burnout e um terço diz ter a sua saúde mental a um nível mau ou muito mau.

Estas são algumas das principais conclusões do “Estudo sobre condições de trabalho, desgaste profissional e bem-estar dos/as magistrados/as do Ministério Público portugueses/as”, realizado pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais (OPJ/CES) da Universidade de Coimbra, e apresentado ontem, no arranque do XIII Congresso do Sindicato de Magistrados do Ministério Público (SMMP), em Ponta Delgada.

De acordo com os resultados preliminares, a que o Açoriano Oriental teve acesso, 47,5% dos magistrados que responderam ao estudo revelaram apresentar um potencial de risco mé-



Magistrados revelam desgaste profissional provocado pela profissão

dio/alto a elevado de burnout, dos quais 14,8% encontram-se no nível de risco elevado.

As fortes exigências cognitivas (80,6%), o elevado ritmo de trabalho (80,2%), o preocupante conflito entre trabalho e família (78,7%) e as alarmantes exigências

emocionais (71,3%) são os principais riscos psicossociais com “preocupantes riscos para a saúde” que os magistrados do MP apontam.

O nível de stress (47,8%), os problemas em dormir (41,8%) e os sintomas depressivos (34%) foram os indicadores de saúde

em que os magistrados apresentam valores mais preocupantes.

O elevado volume processual (70,4%), a falta de apoio à conciliação entre trabalho e família (64,3%) e o impacto das inspeções judiciais ao desempenho profissional (60,7%) são as causas apontadas como de maior stress para o exercício da função.

Um terço dos magistrados do Ministério Público considera que a sua saúde mental está a um nível mau ou muito mau, enquanto um quinto revela o mesmo quanto à sua condição física. Mais de 80% afirma trabalhar mais do que 35 horas semanais (dos quais 30% diz estar mais de 52 horas por semana em funções). Os magistrados do MP dedicados à investigação trabalham em média 46,2 horas/semana, média que desce para os 44,6 horas os que realizam julgamentos. Perto de 60% trabalha no seu tempo livre “várias vezes por semana ou todos os dias para respon-

der a solicitações do trabalho”, sendo que 80% diz trabalhar ao fim de semana pelo menos uma vez por mês.

O inquérito por questionário online, efetuado em colaboração com a Procuradoria-Geral da República e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, foi aplicado entre 1 junho 2023 a 15 julho de 2023. Do universo de 1.512 magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções nos tribunais, à data de 31 dezembro de 2022, foi obtida uma taxa de resposta de 21,4%.

O perfil de quem respondeu tem uma média de 46,4 anos de idade e 14,6 anos de serviço. Cerca de de 30% encontra-se atualmente deslocado da sua residência para exercer funções e 27,3% afirma acumular funções em algum outro tribunal, juízo ou serviço para além do seu local de colocação. Apenas 8,6% afirmaram exercer poderes de direção e hierarquia. *